

Sobre o autoritarismo brasileiro

Túlio Henrique Pinheiro

Universidade Federal de Ouro Preto

Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil

henrique.ulio@hotmail.com

Resenha da Obra: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1ªed, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

A obra “Sobre o autoritarismo brasileiro”, da celebrada professora, historiadora e antropóloga brasileira, Lilia Schwarcz, reúne análises bastante atuais e necessárias. No livro, publicado em 2019, ela retoma algumas abordagens de outra importante obra lançada em 2014, intitulada “Brasil: uma biografia”, assinada pela autora, em parceria com outra importante referência: Heloísa Maria Murgel Starling. Além disso, Schwarcz também fez uso de textos e colunas que vinha publicando no jornal Nexo, desde 2014.

A obra conta com uma introdução envolvente e esclarecedora, seguida de oito capítulos que constituem uma espécie de “raio X” da nossa sociedade brasileira, abordando aspectos como: escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero; e, no último capítulo, a questão da intolerância é a temática escolhida. Para finalizar, uma reflexão sobre “nossos fantasmas do presente” encaminha para novas e outras possíveis análises importantes.

História não é bula de remédio. É assim que está intitulada a introdução da obra de Schwarcz, na qual se pretende mais do que uma simples apresentação dos temas e das abordagens: busca-se lançar luzes sobre o lugar da história e da memória, tanto na compreensão do passado quanto do presente, além de fornecer possibilidades de olhar para o futuro. A questão da formação dos mitos nacionais também é temática fundamental para compreender o conjunto de análises que estarão por vir. A pretensão de construir uma história que apontasse para a existência de uma convivência harmoniosa entre diferentes povos e raças, eliminando a presença de hierarquias e violências diversas, é um dos nossos grandes mitos, que aliás nunca se é totalmente superado em nossa sociedade. Porém, o nosso passado nos fornece elementos suficientes para negar tais mitos e esvaziar o sentido de tais narrativas.

O primeiro capítulo não poderia contar com outra abordagem mais adequada do que a questão da escravidão e do racismo. Aliás, o sistema escravocrata é prova mais que suficiente de que somos um país cujo autoritarismo está entranhado não só em nosso passado, mas também em nosso presente, através de uma essência violenta e excludente ainda não superada. Os moldes com que a escravidão se deu em nossas terras apontam para uma dimensão violenta, que, aliás, também fazemos questão de negar veementemente. A escravidão é uma mancha que não foi superada em nossa história; ao contrário, suas raízes estão na origem de uma infinidade de problemas atuais, sendo fator explicativo para a construção de uma nação marcada por uma forte desigualdade estrutural. O racismo, produto desse passado e das concepções que o cercam, é um dos maiores males que ainda nos assombra. Com um cuidadoso trabalho a partir de dados estatísticos, Schwarcz nos mostra, além dos números, suas origens e contextos.

No segundo capítulo, o tema eleito foi “Mandonismo”. Presente desde o Brasil Colônia, a estrutura interna que se deu nesse país tem suas origens na desigualdade, na concentração de poder e sustentação da violência. A estrutura latifundiária representou o espírito do nosso processo colonial. A formação do lugar de prestígio e a construção de um status social é produto da construção de domínios do poder, ou seja, lugares onde ou de onde se poderia exercer influências e autoritarismo. Sobre isso, vale destacar os elementos essenciais na construção da linguagem do poder:

Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes (Schwarcz, 2019, p. 47).

A construção desses lugares de prestígio e poder nos dizem muito sobre a estrutura social que prevalecia. Através de análises de fotografias, a autora ressalta que a construção desse poder também gerava a criação de uma imagem de prestígio, evidenciando quem carregava alguma importância social em detrimento de indivíduos secundarizados socialmente. Além disso, algo bastante importante é a construção dos círculos de influência, marcados pela posição ocupada pelo sujeito e por suas posses, que lhe permitia formar compadrios, exercer suas vontades, ser obedecido e respeitado. No contexto republicano, essas dimensões são reconfiguradas, especialmente com a inexistência da posse de escravizados, mas o lugar de prestígio continua a ser detido pela posse de terras e pela construção de lugares de influência. Com o exercício da autoridade, do prestígio e do poder, dominava populações locais e definia os rumos e os contextos

sociais e políticos, especialmente presentes no contexto do coronelismo e na condução do voto de cabresto.

O fato é que, direto do túnel do tempo da história, essas dimensões do passado não são apagadas; pelo contrário, como demonstra a autora, a concentração fundiária é uma realidade visível a quem desejar ver. E, precisamente no campo político, outro aspecto revelador é a forma como a gestão da influência, adquirida pela lógica oligárquica ainda persiste em nossa sociedade. Através de um levantamento nominal, a autora aborda os clãs familiares e como eles estão presentes nas políticas locais, regionais e mesmo na esfera nacional, exercendo influência e aproveitando-se dela para manter e consolidar o poder.

No capítulo três, a temática do patrimonialismo ganha destaque. Como um dos principais males que afetam a gestão e o funcionamento adequado do nosso Estado, a prática patrimonialista é uma velha inimiga que não sai de moda. Conduzir a máquina pública como se fosse uma propriedade privada, garantindo interesses e vantagens a particulares, coloca em questão o princípio republicano e afeta diretamente o coletivo. Em tempos de Colônia, a dimensão do poder rural e o patriarcado apontavam para um ponto de partida importante na fluidez entre o público e o privado. Da mesma forma, no Império, a gestão do governo, a busca por alianças, apoios e amparo políticos tornavam evidentes o uso da máquina pública na construção de relações individuais e particulares, prática que, muitas vezes, questiona a sustentação do Estado. Nos primeiros anos da vida republicana, favores, articulações eleitorais, manipulação de votos e eleições foram práticas comuns que demonstraram que o sistema político era novo, mas que algumas práticas eram antigas e, pior ainda, contraditórias.

Ainda na temática do patrimonialismo, Lilia Schwarcz também aborda um cenário político com fortes vínculos com as práticas do passado. Trata-se da permanência de alguns “sobrenomes” na política. Os laços familiares atuantes nas diferentes esferas demonstram mais do que influências e permanências; revelam como a máquina pública é usada para perpetuar o poder de determinados grupos. Através de um levantamento significativo das figuras políticas presentes em diversos estados do país, a autora aponta para esses vários laços familiares e nos conduz a refletir sobre a reprodução do nosso processo político, os interesses envolvidos e como o Estado é concebido por muitos de seus agentes na construção de uma carreira política.

O capítulo quatro aborda um tema espinhoso, mas também bastante popular: a corrupção. Patrimonialismo e corrupção são dois inimigos ferozes da República. É difícil

dizer qual é o pior, embora Schwarcz (2019, p. 88) comece o capítulo sugerindo que “se o patrimonialismo é o primeiro inimigo da República, o segundo principal adversário atende pelo nome de corrupção”. Muitas vezes esses contextos se mesclam, se complementam ou se confundem, o fato é que a corrupção está longe de ser algo novo no nosso país. A autora retorna ao passado para apontar os contextos de corrupção desde o Brasil colonial, passando por diferentes períodos de nossa história, evidenciando os vários estratagemas na obtenção de vantagens particulares. Ela demonstra que tais práticas não são produto de um sistema em específico, nem estão restritas à clássica forma de suborno ou propina, mas assumem formas distintas, praticadas tanto por agentes do Estado quanto por particulares.

Nossa República já viveu dias de turbulência envolvendo corrupção. Na Primeira República, diversas práticas condenáveis chegaram ao conhecimento público, levando a uma tentativa de Getúlio Vargas, ao romper com esse período, reclassificá-lo como algo do passado e marcar o início de uma nova era. No entanto, tempos depois, Vargas também foi vítima de pesadas acusações de corrupção, o que contribuiu para o seu episódio final. Já no governo de JK, também se questionou a aplicação de verbas públicas na realização do grandioso projeto de construção de Brasília.

Outra questão importante abordada na obra de Schwarcz, ainda nessa linha, refere-se ao período da ditadura militar. Um golpe deflagrado sob a justificativa de acabar com a corrupção revelou, na prática, o oposto: ela se manteve e, em alguns casos, foi ampliada, resultando em problemas de relativa magnitude que, gradualmente, vieram ao conhecimento da sociedade. A propaganda de rompimento com a corrupção, aliada à própria natureza opaca de um regime autoritário, ajudou a construir uma imagem de gestão positiva. Isso assinalou para uma ausência de transparência real e uma sistematização no uso do poder, com problemáticas que só vieram a público posteriormente.

Após a redemocratização, um episódio marcou de forma contundente a política brasileira: o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que revelou um envolvimento social e despertou um amplo debate sobre a corrupção. Poucos anos depois, a sociedade voltou a vivenciar um grande escândalo, conhecido como esquema do “mensalão”. Este episódio ficou marcado pela grandiosidade das práticas de corrupção e pela prisão de políticos e empresários. Em 2014, o caso da “Lava Jato” ganhou destaque no noticiário nacional, levando diversos políticos e grandes empresários à prestação de contas perante a justiça. De modo geral, este capítulo constitui uma importante leitura

sobre o que podemos chamar de uma síntese histórica da corrupção em nosso país, oferecendo possibilidades de análise para compreender as várias faces dessa prática.

No capítulo cinco, outra temática de grande relevância é abordada: a desigualdade social. Nossa sociedade é marcada pela desigualdade presente em diferentes contextos, seja de gênero, raça, credulidade e uma variedade de outras formas. E, novamente, a história é retomada para que, conhecendo o passado, possamos analisar melhor a formação de nossa sociedade e compreender os determinantes de nossa desigualdade. Nossas raízes são desiguais, ainda que exista uma infinidade de tentativas de negar isso. A base de nossa sociedade é marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos, somada à exploração escravocrata, que consistia basicamente na dominação de homens por outros homens e que serviu de sustentação para a construção de um poder, sem contar a dimensão patriarcal dessa sociedade. Se esse cenário por si só não é suficiente para evidenciar as raízes das desigualdades, outros fatores convergem nesse sentido. Em tempos bem mais recentes, como o pós-rompimento da escravidão e o abandono dos novos libertos pelo Estado, criou-se um racismo estrutural e institucional que, para piorar, era e ainda é sistematicamente negado.

Novamente, a autora retoma um cuidadoso trabalho com dados estatísticos para desnudar a nossa desigualdade. Os números apresentados são reveladores das discrepâncias de renda e dos abismos sociais que separam os mais ricos dos mais pobres. Em complemento a isso, outro fator questiona a atuação do Estado em termos de tributação. Percebe-se, com base nas análises de Schwarcz, que a carga de impostos pagos não acompanha a dimensão da renda obtida. Posto de modo diferente, possuidores de grandes fortunas pagam proporcionalmente muito menos do que segmentos menos favorecidos. Isso nos oferece um panorama crítico, uma vez que estamos diante de um contexto em que os segmentos de menor renda contribuem mais, em termos proporcionais, para os cofres do Estado.

A questão da educação ganhou destaque na obra, o que é compreensível, dada a importância que ela tem no contexto da desigualdade social. A autora apresenta um panorama histórico da educação no Brasil, demonstrando suas restrições, avanços e complexidades. De um modo geral, embora atualmente a educação seja vista como um mecanismo de redução das desigualdades — ao menos na teoria —, nem sempre foi assim. A educação também foi utilizada como ferramenta para construir estratificações, definir lugares e espaços na sociedade. Apesar de termos avançado significativamente na área, especialmente na educação pública, ainda há um baixo investimento nesse campo,

além de uma série de outros problemas que a afetam, o que, na verdade, se bem gerida e aplicada, poderia torná-la uma das maiores ferramentas contra as desigualdades em suas mais diversas formas.

O sexto capítulo é dedicado a abordar a violência. Através de dados alarmantes, essa problemática é analisada por Schwarcz de forma cuidadosa. Algumas concepções frequentes no senso comum são problematizadas pela autora, como a relação entre armamento e segurança. Indicando que o impacto do Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor em 2003, foi, sem dúvida, positivo em relação aos indicadores de violência no Brasil, a autora rebate uma falácia que acabou sendo adotada pela agenda política do governo Bolsonaro — que tinha como objetivo facilitar o acesso a armas para civis sob a alegação de que isso favoreceria a segurança privada, uma espécie de mecanismo privativo de prevenção à violência. A violência urbana também recebeu atenção, abordando os dados relativos a homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais, que representam uma dura realidade em grandes, médias e até pequenas cidades do país.

No entanto, a violência não é um fenômeno exclusivamente urbano; ao contrário, a violência no campo recebeu, nesta obra, um destaque significativo. A questão da terra é uma das marcas mais evidentes da violência nos espaços campestres. Com uma problemática jamais plenamente resolvida, o Brasil encontra na questão fundiária um de seus cenários mais sensíveis. A luta pela terra relaciona-se às questões indígenas, quilombolas e da agricultura familiar, que, por sua vez, rivalizam, em diferentes contextos, com o agronegócio, garimpos e outras formas de exploração. Imerso em uma teia tradicional e polêmica de um desenvolvimento multifacetado, o Estado negligencia um problema estrutural e crônico em nosso país, que acaba por gerar outras problemáticas demasiadamente profundas.

O capítulo sete aborda questões relacionadas à raça e ao gênero, pontuando, a partir dos marcadores sociais, como a estrutura da nossa sociedade é problemática e continua reproduzindo tais dificuldades. Esses marcadores — raça, geração, gênero, sexo e local de origem — atuam em conjunto ou separadamente na formação de uma estratificação social altamente acentuada em nossa sociedade. Racismo, homofobia, feminicídio e uma série de outras formas de violências contra minorias são discutidos pela autora, que apresenta alguns casos emblemáticos, demonstrando a existência de um vínculo cultural complexo com uma estrutura social excludente.

No oitavo capítulo, a abordagem continua, agora com uma análise sobre a intolerância. Contrariando a máxima de uma suposta cordialidade brasileira, que tende a relações pacíficas e harmoniosas, nosso país sempre reproduziu uma intolerância e uma aversão ao diferente — embora muitas vezes de forma disfarçada. No entanto, nos últimos tempos, especialmente diante de uma polarização política assustadora e dos processos a ela vinculados, essa intolerância tem sido exposta, revelando uma face antes oculta dessa imagem contraditória que cultivamos, muitas vezes, como uma estratégia de autopromoção. Círculos sociais, religiosos e as redes na internet têm se mostrado campos de reprodução e manifestação dessas intolerâncias. Com essa análise bem delineada, Schwarcz encerra os debates importantes desenvolvidos ao longo do livro.

Um último tema, que funciona como uma espécie de considerações finais, intitulado “Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente”, a autora reforça o papel da história e da memória. Com isso, faz-se uma breve retrospectiva do passado de nossa ainda jovem República, pontuando vários momentos em que o autoritarismo marcou nossa política e sociedade. O livro é finalizado com um retorno à Constituição de 1988 e uma defesa do fortalecimento e da continuidade da democracia, que vai além do âmbito eleitoral ou político. Como a própria autora destaca, ela precisa ser praticada, institucionalizada e, sobretudo, vivida. Minorias precisam ser defendidas e respeitadas, e o exercício da cidadania deve ser um direito que ultrapassa o plano teórico. O autoritarismo nada mais é do que uma prática de poder e controle cuja legitimidade é muitas vezes construída em discursos ambíguos, porém sedutores — e que se fortalece especialmente em momentos de fragilidade política e social, podendo conduzir a sociedade ao caos.

A obra “Sobre o autoritarismo brasileiro” é um trabalho bastante assertivo de Lilia Schwarcz. Muitos dos elementos apresentados continuam sendo discutidos em diferentes contextos, seja nas redes sociais — muitas vezes de forma conflituosa — ou por meio de movimentos sociais que incansavelmente vêm desconstruindo problemas estruturais profundos na nossa sociedade. Algumas dessas temáticas urgentes vêm ganhando espaço na política, ainda de forma modesta, diante da forte estrutura conservadora que nos cerca. Mas essa possibilidade de uma renovação política já traz alguma esperança. A conquista de voz na política por segmentos LGBTQIA+, militantes negros, periféricos, mulheres ativistas e jovens emergentes nos dá razões para acreditar que há uma luz no fim do túnel. Resta saber se essa luz será mantida e não apagada, como

ocorreu com o trágico fim da Marielle Franco, ou ameaçada por outros mecanismos autoritários que ainda assombram nossa realidade política.

A obra de Schwarcz é fundamental para refletirmos sobre outros contextos. Lançada em 2019, poderia facilmente ter uma continuação. Ao lermos diversos pontos do livro, as problemáticas abordadas nos levam a pensar em aspectos que certamente renderiam novas análises e, conseqüentemente, a construção de novas abordagens, como: a passagem pela pandemia de Covid-19; o fim do governo do presidente Jair Bolsonaro; a eleição do presidente Lula; a atual agenda política, com debates sobre a taxaço de super-ricos; e a promoço de discursos polarizados, entre outros aspectos. Considero, particularmente, que uma boa obra é aquela que nos provoca a pensar além do que foi dito — desejando mais. E, neste caso, fica o desejo de uma continuação. Talvez uma ampliação, como Jessé Souza acertadamente fez com sua obra “A elite do atraso”¹.

SOBRE O AUTOR

Túlio Henrique Pinheiro é doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Recebido em 30/06/2025

Aceito em 19/03/2026

¹ SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro. Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.